

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.033 - SP (2019/0297078-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : CLARICE SANDRIN VANZELLI
ADVOGADO : MATHEUS JOSÉ THEODORO - SP168303
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MIRASSOL
ADVOGADO : ROSANA PERPETUA GONÇALVES - SP107264

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Clarice Sandrin Vanzelli**, desafiando decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial com base nos seguintes fundamentos: **(I)** inexistência de violação à lei; e **(II)** a controvérsia foi decidida à luz da Constituição Federal.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, a apontada impossibilidade de exame da matéria em sede de recurso especial, haja vista ter sido decidida mediante fundamento constitucional.

Incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP**, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 30/11/2018.

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015),

Superior Tribunal de Justiça

observando-se, contudo, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

